

CAMPONESES DA RODOVIA MANAUS – BOA VISTA NA ROTA DO CAPITALISMO AGRÁRIO

Temática: Espacios rurales, agricultura y seguridad alimentaria

Tiago Maiká Müller Schwade

Universidade de São Paulo – USP

schwade@gmail.com

RESUMO

Buscamos com este trabalho compreender a formação da propriedade capitalista que se sobrepõe conflituosamente a comunidade Terra Santa, uma das dezenas de comunidades camponesas que se instalaram nas proximidades da BR-174, rodovia que liga as cidades de Manaus e Boa Vista na Amazônia Brasileira. Para tanto, utilizamos o método do materialismo dialético. Com isso, descobrimos que a formação territorial ao longo da rodovia, é marcada pela violenta disputa entre diferentes sujeitos. A rodovia foi construída para garantir a exploração mineral em parte dessa região, onde viviam aproximadamente 3.000 pessoas do povo indígena Waimiri-Atroari. Por sua localização, esse povo foi atingido por processo de extermínio que, em 16 anos (entre 1967 e 1983), o reduziu a 323 pessoas. O vazio demográfico produzido por esse processo de extermínio foi alvo da ação de diferentes sujeitos, entre esses estavam uma empresa mineradora capitalista, o Estado interessado na construção de uma hidrelétrica e grupos especializados na apropriação ilegal de terras públicas devolutas. O grupo minerador se instalou, em 1979, dentro da terra indígena remanescente. Enquanto que a construção da hidrelétrica ocorreu na margem da terra indígena (entre 1982 e 1987). Já os grupos especializados na apropriação ilegal de terras públicas, buscaram se sobrepôr aos locais onde possivelmente seria instalada a hidrelétrica, antecipando-se a sua construção. Esse movimento, aparentemente contraditório, tinha a intenção de mover ações judiciais contra o Estado visando vultosas indenizações após a formação do reservatório da hidrelétrica sobre as propriedades. Centenas de títulos de propriedades foram emitidos, cada um com a dimensão exata de três mil hectares. No entanto, como o interesse principal não era a produção, a maioria absoluta dessas terras permaneceu sem nenhum uso ou ocupação. Gradativamente, muitas dessas terras foram sendo ocupadas por camponeses sem terra. No ano de 2011, sobre parte de duas dessas propriedades encontramos 38 camponeses posseiros instalados com atividades produtivas e residências permanentes. Mas esses camponeses encontravam-se, desde 2008, em conflito com um empresário capitalista que, naquele ano, comprou um dos dois títulos de propriedade que detêm sobre as terras onde os camponeses estão instalados. Os títulos de propriedade totalizam 3.700 hectares onde instalou pastagem para gado bovino e serraria. As tentativas de aliciamento e violência fazem parte do instrumental do capitalista para manter o domínio sobre a terra. Entre as práticas verifica-se a tentativa de compra das terras ocupadas pelos camponeses em valores abaixo do mercado, processo judicial contra a associação dos camponeses, ameaças de morte das lideranças e espancamento.

Palavras-chave: Capitalismo Agrário, Campesinato, Propriedade Privada na Amazônia, BR-174.

INTRODUÇÃO

Buscamos com este artigo disponibilizar parte dos resultados de uma pesquisa sobre os conflitos agrários existentes em uma região que fica entre os estados de Roraima e Amazonas, na Amazônia Brasileira. A pesquisa foi iniciada no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, entre os anos de 2010 e 2012, e resultou na dissertação de mestrado intitulada “Reordenamento Territorial e Conflitos Agrários em Presidente Figueiredo – Amazonas”, de minha autoria sob orientação da Prof. Ivani Ferreira de Faria. Disponibilizamos neste artigo os dados e a discussão referentes à Comunidade Terra Santa, que é formada por um conjunto de famílias camponesas instaladas na região no ano de 1999, e que, atualmente, disputam o território com um empresário capitalista.

Para tanto, buscamos utilizar o método dialético materialista, pois entendemos que “a realidade é a única referência para se submeter à discussão nossas concepções teóricas” (Oliveira, 2004, p. 29). Ao mesmo tempo, buscamos entender a realidade vivida pelos moradores da Comunidade Terra Santa, tendo eles não como objetos da pesquisa, mas como sujeitos participantes do processo de compreensão, buscando com eles respostas efetivas para seus problemas, conforme propõem Freire (1981), Borda (1981) e Faria (2010).

A pesquisa possibilitou compreender o processo de desterritorialização dos camponeses na região e, ao mesmo tempo, discutir os pressupostos de Lênin quanto a natureza do capitalismo agrário. Neste sentido, enquanto Lênin acreditava que a formação da propriedade capitalista na Rússia estava vinculada às suas vantagens econômicas em relação à propriedade camponesa. Nossa pesquisa aponta para outra perspectiva, indicando a resistência dos camponeses e os mecanismos políticos e jurídicos utilizados para desterritorializá-los, bem como processos contraditórios que possibilitaram sua ocupação.

E para facilitar a compreensão dos processos, fundamentamos nossa discussão em três momentos. O primeiro apresenta brevemente as transformações ocorridas com o genocídio cometido contra os grupos indígenas para a instalação de grandes empreendimentos entre as décadas de 1960 e 1980. O segundo apresenta a ocupação da terra pelos camponeses. E o terceiro discute a violência e a resistência no processo de produção da propriedade capitalista.

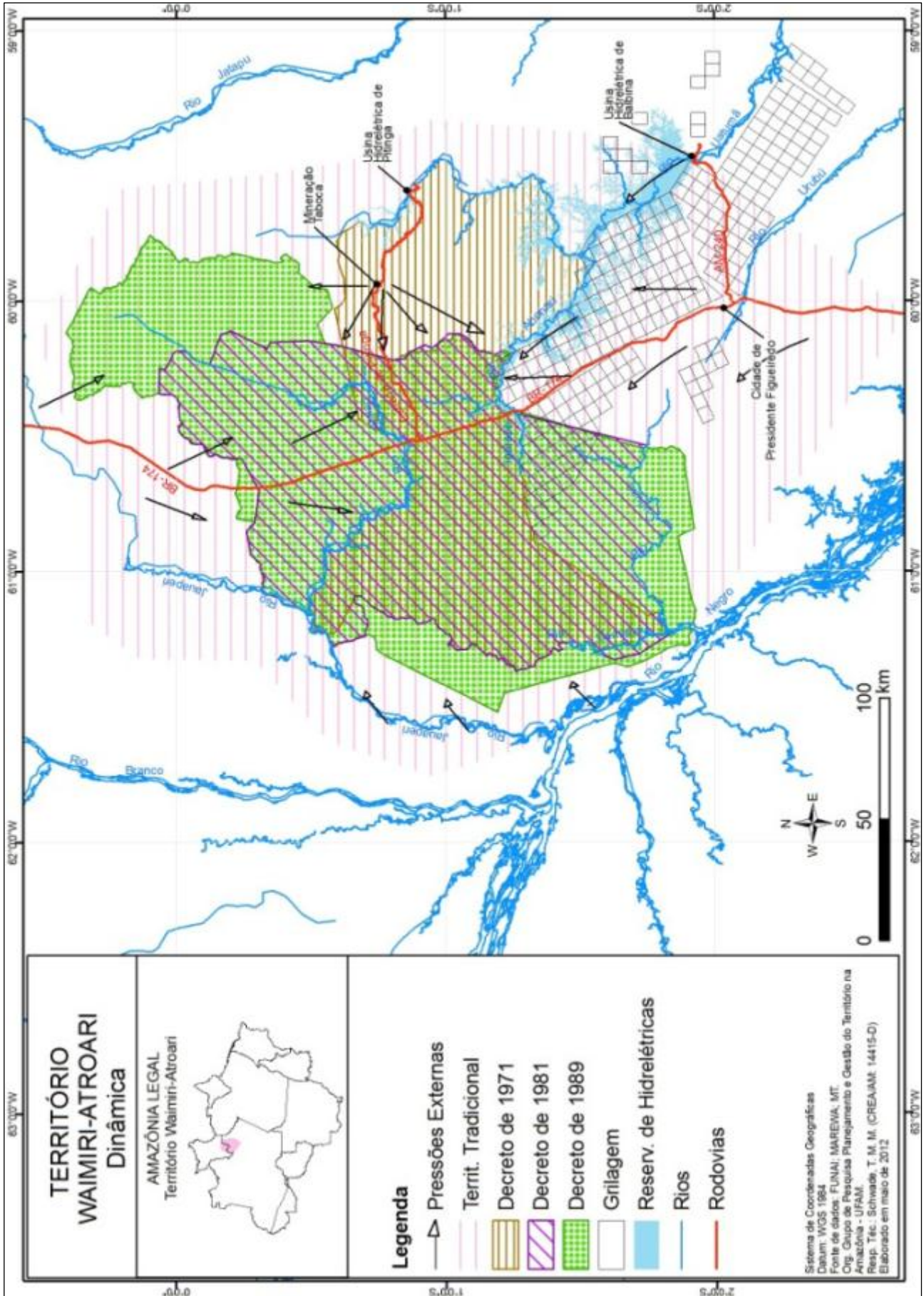
A INVASÃO DO TERRITÓRIO INDÍGENA

O genocídio do povo Waimiri-Atroari é o primeiro grande evento de transformação territorial do sistema capitalista na região. Esta discussão já se encontra muito bem debatida nos trabalhos do Comitê Estadual de Direito a Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas (2014), e também foi alvo de investigações no relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014) e nos trabalhos individuais de Schwade (1980), Silva (1987), Baines (1993) e Oliveira (2000). O trabalho mais completo é, sem dúvidas, o livro “A Ditadura Militar e o Genocídio do Povo Waimiri-Atroair”, do Comitê Estadual de Direito a Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas (2014). Portanto, cabe a nós, apenas apresentar um resumo desses acontecimentos que marcaram a formação do território naquela região.

Os Waimiri-Atroari ocupavam, até a década de 1960, uma região entre as cidades de Manaus e Caracarái, no sentido latitudinal, e entre os vales dos rios Branco e Jatapu, no sentido latitudinal. Sua população foi estimada pela Fundação Nacional do Índio em 3000 pessoas entre os anos de 1968 e 1972. No entanto, após encontrar vestígios de jazidas minerais de grande potencial comercial, o governo militar (1964-1984) pôs em ação um projeto ambicioso de invasão do território indígena (Mapa 01).

Entre os planos do governo ditatorial estavam à construção de uma rodovia entre as cidades de Manaus e Caracarái (e atingindo também a fronteira com a Venezuela), a implantação de grandes empreendimentos agropecuários, a implantação de uma mineradora privada e a construção de uma hidroelétrica pública, tudo isso sobre o território indígena.

Mapa 01 - Território Tradicional do Povo Waimiri-Atroari e Arranjos Territoriais Atuais.
 Organização: Tiago Maiká Müller Schwade, 2012.



Já no ano de 1968, iniciaram os conflitos do governo ditatorial com os indígenas que resistiram à construção da rodovia (BR-174). A ocupação do território se tornou tão agressiva que redundou no desaparecimento de aproximadamente 2650 pessoas do povo Waimiri-Atroari entre os anos de 1968 e 1983, segundo a Comissão Nacional da Verdade (2014). As mortes ocorreram em diferentes circunstâncias, sendo a grande maioria vítimas de assassinatos por armas de fogo, explosivos e armas químicas, que dizimaram dezenas de aldeias sem distinção de idade ou sexo.

Sob pressão de movimentos populares, o governo militar foi obrigado a demarcar um território para abrigar os indígenas remanescentes desse conflito. No entanto, cedendo aos interesses privados, desmembrou da terra indígena o território que havia sido invadido pela mineradora do grupo Paranapanema e as terras que foram doadas a um grupo de influentes famílias do estado de São Paulo.

A concentração fundiária atingiu níveis altíssimos, mais de 24 mil hectares por família, valor oito vezes maior que o estabelecido pela Constituição de 1967. Se observarmos somente as terras contínuas doadas para uma mesma família, veremos áreas entre 12 e 30 mil hectares (Mapa 02). Essa fraude teve como principal função a especulação fundiária. Portanto, não se pode compreender como uma atividade capitalista. O interesse era simplesmente a acumulação por um mecanismo que envolveu a busca por indenizações em disputas judiciais de desapropriação das terras inundadas pela formação do lago de uma hidrelétrica pública que foi construída na região. Após a construção da Hidrelétrica de Balbina, vários processos judiciais foram movidos contra a Eletronorte (empresa pública proprietária da hidrelétrica).

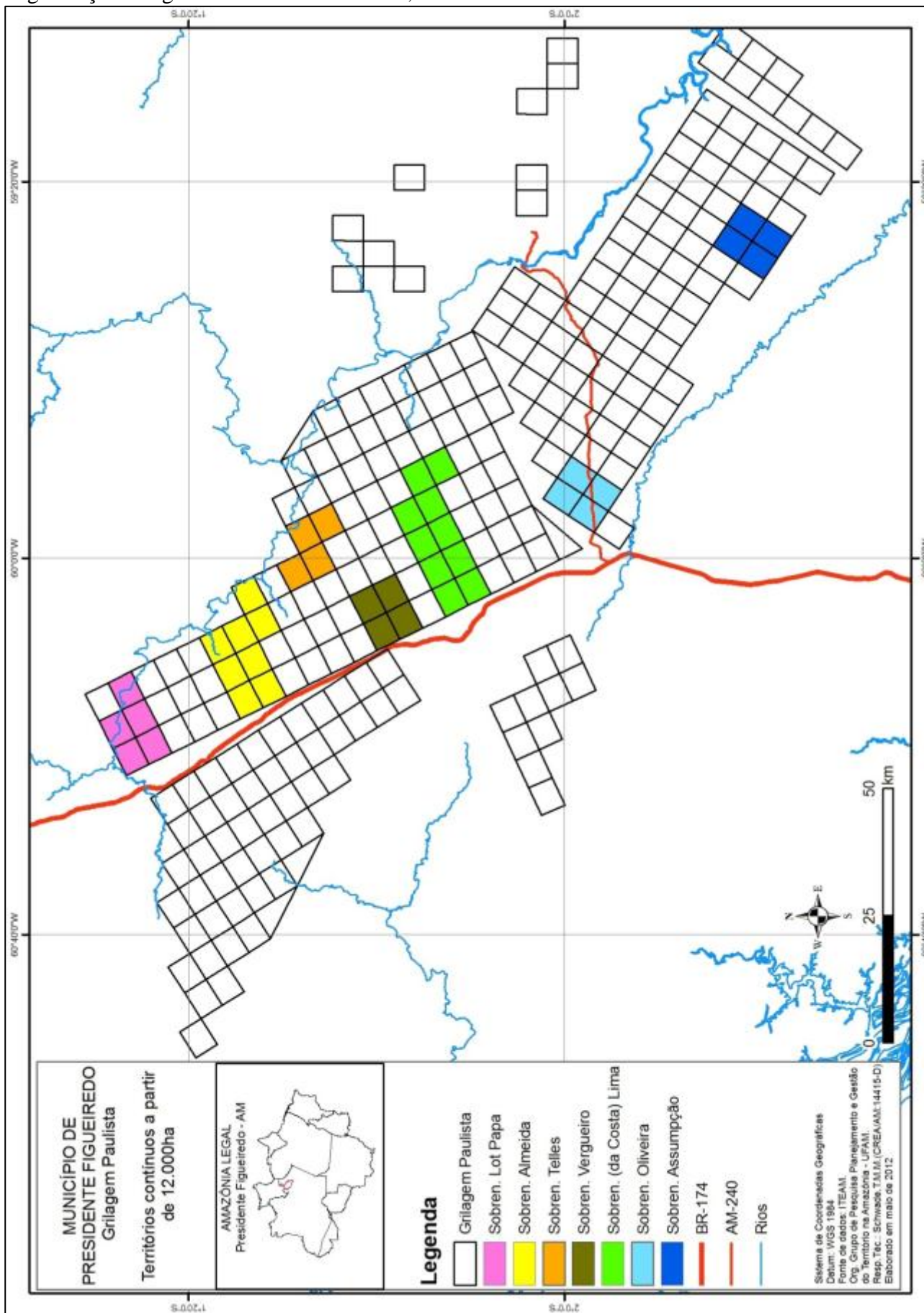
Além de excederem o valor máximo de 3000 hectares que o estado poderia ceder a um mesmo proprietário privado, muitas outras ilegalidades ocorreram. Entre elas, a titulação ainda ocorreu sobre território indígena e em área que havia sido decretada como do Estado. A propriedade também somente poderia ser sustentada caso o titular exercesse alguma atividade econômica.

De fato, várias propriedades foram atingidas pelo reservatório da Hidrelétrica de Balbina, e apesar de terem sido transferidas do patrimônio público para o privado de maneira ilegal e de que nenhuma delas havia sido efetivamente ocupada por seus titulares vários processos judiciais foram movidos contra o estado brasileiro exigindo o pagamento de vultosas indenizações. Mas é a permanência de inúmeras dessas propriedades que tem contribuído para a formação da atividade propriamente capitalista no território.

Nem todos esses processos judiciais tiveram êxito, muitas propriedades se quer foram atingidas pelo reservatório de Balbina. Nesse caso, muitos títulos de propriedade foram comercializados livremente por anos. Mesmo assim, a maioria deles permaneceu sem qualquer ação humana por anos ou até décadas.

Com o genocídio do povo indígena Waimiri-Atroari, a construção da rodovia BR-174 e da Hidrelétrica de Balbina, além da consolidação de uma unidade administrativa (o Município de Presidente Figueiredo) o território se tornou destino de constantes fluxos migratórios envolvendo pessoas de distintas regiões do país, especialmente da própria região Norte e do Nordeste. Muitos desses emigrantes se estabeleceram como camponeses em posses que por vezes se sobrepuseram às terras doadas pelo governo ditatorial ao grupo de famílias do estado de São Paulo. É assim ao longo da rodovia BR-174, onde existem vários ramais (vicinais) de terra, por onde se chega a maioria das comunidades camponesas do Município de Presidente Figueiredo.

Mapa 02 – Territórios contínuos com mais de 12 mil hectares onde incidem sobrenomes idênticos. Organização: Tiago Maiká Müller Schwade, 2012.



A OCUPAÇÃO DA TERRA POR CAMPONESES

Para quem viaja no sentido Manaus - Boa Vista, o ramal da Comunidade Terra Santa é discreto e passa quase despercebido, em meio a pedreiras que possuem entradas bem mais visíveis. Ao dobrar à direita no KM 152, nada parece convencer o visitante de que aquilo é um caminho cruzado diariamente por trabalhadores e estudantes, homens e mulheres que buscam naquele lugar a “Terra Santa”. A escola frequentada pelas crianças está situada em outra comunidade, situada a 27 quilômetros percorridos de ônibus pelos estudantes pela rodovia pavimentada e mais 7 de Kombi no ramal sem pavimento.

Nos primeiros metros do ramal a vista é desoladora: a pequena estrada cruza um descampado, provavelmente uma antiga fazenda sobre um solo arenoso, onde a floresta reclama por ter sido substituída sem que seus alagozes tivessem um objetivo palpável ao proceder com o tal plano destruidor. A estrada segue e com ela as esperanças de paisagens mais agradáveis, no entanto, são os olhares tristes e desconfiados, as casas abandonadas e a copa de árvores secas (como braços suplicantes) que se fixam os olhares do visitante, marcando o avanço da fazenda sobre os camponeses posseiros. Os poucos pomares frutificando são como oásis em meio a rispidez da fazenda nesses primeiros quilômetros.

Somente depois da fazenda que surgem com mais frequência a floresta, o rio, os pomares, as pessoas e outros sinais de que a vida persiste ainda que sob condições adversas. Chegamos à comunidade. Logo surge alguém para te convidar para entrar. E há dois locais a ir: a sede da comunidade ou a cozinha de algum morador. Mas é somente na sombra das cozinhas que se pode compreender o desejo que aquelas pessoas têm de permanecer ali. É na cozinha que se sociabiliza um pouco de alegria e é ali que ainda se pode ouvir algumas boas risadas. Alegria que desaparece do semblante quando o tema é a posse da terra. Semblantes que expressam toda a angústia de quem achou um lugar para si, mas que teme perdê-lo.

As posses dos camponeses podem ser reunidas em dois grupos que marcam momentos distintos da formação da comunidade. O primeiro grupo se dispõe ao longo do Igarapé, onde iniciou o processo de ocupação. O outro ao longo do ramal, que formou um segundo e mais longo eixo de ocupação.

Em outubro de 1999, chegou ao local onde se formou a comunidade Terra Santa um pequeno grupo de sete pessoas que já viviam próximas daquele local, trabalhando e morando em sítios de comunidades da vizinhança. Dos sete, cinco permanecem ainda hoje no local, são refugiados de conflitos agrários em outros locais do país, quatro deles nascidos no Estado do Maranhão e um do Pará. Cada um escolheu uma área nas margens do Igarapé do Santo Antônio, onde foram instalando a infraestrutura necessária à vida camponesa, como residências, roças, pomares, atracadouros, caminhos .

A terra havia sido localizada por um dos sete fundadores. Decidiram ocupar porque ali havia uma grande área desabitada e um igarapé navegável que facilitava o acesso. Bem, o acesso não parecia ser tão fácil assim, pois a maioria não tinha afinidade com a navegação. No início, os produtos agrícolas, por vezes, eram embarcados em rústicas canoas, uma delas quadrada como uma balsa, com pouquíssima navegabilidade. O deslocamento não ia além da velocidade da correnteza e chegava a ser mais lento. Uma viagem com produtos até a comunidade vizinha (Novo Rumo) podia levar o dia todo.

No ano 2000, mais três pessoas e as respectivas famílias chegaram à comunidade. Um Baiano, um Goiano e outro Paraense. A origem da maioria dos atuais moradores é de família camponesa, expropriadas por conflitos agrários em outros estados brasileiros e que já trabalharam na cidade de Manaus por muitos anos, mas não gostaram da vida urbana. Das 14 famílias que participaram do levantamento em 2011, seis são do Maranhão, três do Pará, duas da Bahia e as últimas três são do Ceará, Mato Grosso e Goiás. Em termos proporcionais, se sobressai o Nordeste com 64% das famílias, o Norte com 21% e Centro Oeste com 14%.

Cada posse na Comunidade Terra Santa é ocupada por um núcleo familiar camponês. No levantamento que fizemos na comunidade, em 2011, contabilizamos 38 estabelecimentos camponeses, sobrepostos às propriedades dos lotes 96 e 73 da “Grilagem Paulista”. No entanto, em 2008, o número de posseiros era bem maior, possivelmente o dobro que em 2011, visto que a área

abandonada em virtude do conflito pela terra, era de igual tamanho a ocupada em 2011, se estendendo até o Lote 72.

Entre as questões que orientaram a decisão de sair da cidade e retornar ao campo está o “gosto pela roça”, a relação econômica com o meio de produção que elimina a dependência financeira patrão-empregado, a violência urbana e seu contraste com a tranquilidade que pairava no ambiente comunitário. A violência urbana também revelou outro ponto: a necessidade de criar os filhos com “boa conduta”. A maioria dos camponeses já morou no Bairro Jorge Teixeira da cidade de Manaus, bairro periférico fruto da rápida expansão da cidade após a instalação da Zona Franca de Manaus. Atualmente, as cidades de Manaus e Presidente Figueiredo são nós de suas redes sociais, onde se abastecem com itens industrializados, onde comercializam o produto de seus trabalhos e onde vivem parentes e amigos. A opção pela comunidade nos remete ao ideário de uma coletividade menos sujeita à ação de desconhecidos, onde os pais conhecem as pessoas com quem os filhos interagem. Além disso, as famílias são todas de uma mesma religião, reforçando os laços sociais entre elas.

Em 2005, foi construído o ramal que se transformou no segundo eixo de ocupação. Expandindo a comunidade no sentido leste-oeste, criando um contraste com o eixo do Igarapé que naquele trecho segue no sentido sul-norte. No primeiro momento, o ramal finalizava na margem esquerda do Igarapé do Santo Antônio. Com a construção das pontes o ramal não encontrou mais nenhum grande obstáculo para ser expandido. Gradativamente os camponeses iam alargando o caminho, ampliando as possibilidades de acesso aos veículos automotores, até torná-lo trafegável por automóveis em 10 ou 12 quilômetros (Mapa 03).

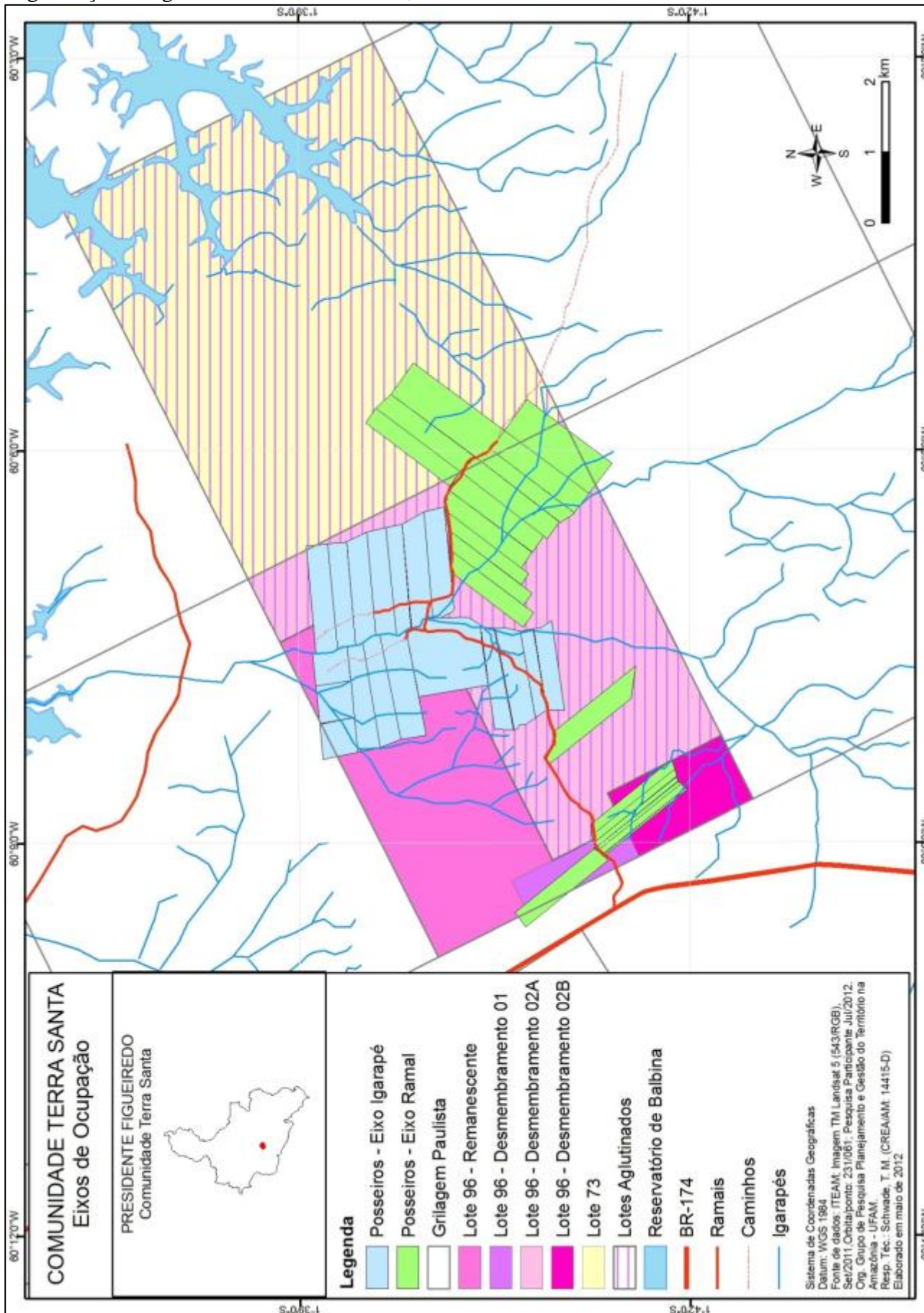
A OCUPAÇÃO CAPITALISTA

Amigos e familiares foram gradativamente se agregando, respondendo ao convite dos moradores pioneiros. Todo o processo de ocupação, até aquele momento, ocorreu de maneira pacífica, sem qualquer oposição. A comunidade crescia e com ela o apego ao lugar, mas isso acabou. Enquanto isso, os títulos de propriedade eram comercializados entre empresários e grileiros, sem que isso chegasse ao conhecimento dos camponeses. O interesse por propriedades tituladas também foi crescendo entre os madeireiros capitalistas, que passaram a ser mais fiscalizados e punidos por instituições ambientalistas do estado, isso porque careciam de terras tituladas para legalizarem sua atividade.

Somente no ano de 2008 iniciaram os conflitos com o empresário capitalista que havia comprado uma propriedade desmembrada do Lote 96. Em 2010, ele registrou em seu nome outra propriedade de 2.000ha, remanescente do Lote 73, que fica por detrás do Lote 96, formando uma área contínua com 3.730ha e que também possui ocupações por camponeses posseiros. Nas propriedades, o capitalista vem desenvolvendo a criação de gado e exploração madeireira sobre as posses camponesas (Mapa 03).

Das 38 posses dos camponeses, 20 estão com pelo menos parte da benfeitoria sobre a área de 1730 hectares resultante do desmembramento do Lote 96 e foram os principais alvos da ação judicial de reintegração de posse movida pelo pretense proprietário. Para representá-lo judicialmente, o capitalista contratou um escritório de advocacia especializado em conflitos agrários. Já os camponeses não tiveram apoio jurídico contínuo entrando fragilizados no processo judiciário.

Mapa 03 – Comunidade Terra Santa Estrutura Fundiária e Eixos de Expansão (2011).
 Organização: Tiago Maiká Müller Schwade, 2012.



Para dificultar ainda mais a defesa dos camponeses, vários documentos do processo desapareceram no cartório, entre eles estava a defesa da comunidade. Mesmo assim, em abril de 2011, o juiz nomeado para o caso julgou a questão, dando ganho de causa ao pretense proprietário, autorizando o uso de força policial para remover os camponeses. Apenas parte do mandado foi cumprido porque o movimento popular organizado, representado pela Associação Comunitária Terra Santa, Casa da Cultura do Urubuí (CACUI) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), além de um vereador do município, pressionaram a Ouvidoria Agrária Nacional e outras instituições públicas que intervieram no caso, o que dificultou o cumprimento do mandado e evidenciou o problema da terra no município, tornando público o caso. Mesmo assim dois camponeses foram expulsos naquele ano (entre eles o presidente da Associação Comunitária) e a insegurança permanece aos demais.

Nos anos seguintes, o capitalista conseguiu a desistência de pelo menos mais três famílias de camponeses. A primeira foi ameaçada e aliciada até o patriarca aceitar trabalhar como empregado do capitalista, mas em pouco mais de um mês ele foi demitido e retirado da comunidade. A segunda foi aliciada e resolveu vender sua posse ao capitalista. E o terceiro caso foi de um idoso que foi espancado e ameaçado, indo morar na cidade de Manaus.

Os que permanecem sofrem ainda todo tipo de pressão. Desde ameaças, aliciamento para o trabalho na fazenda ou na madeireira, até a destruição de lavouras e de benfeitorias. Os registros de violência se multiplicam e, apesar da visibilidade do caso, apenas poucas instituições públicas tomaram medidas em favor da comunidade e muito pouco se cumpriu da legislação que ampara os camponeses. Um dos últimos casos foi a conduta ameaçadora de milicianos armados (força policial que atuam em ações privadas, no caso formada por policiais militares) e teve parte de seus pertences roubados ou danificados. Outro teve a lavoura destruída pela segunda vez em menos de dois anos, desta vez invadida pelo gado do fazendeiro.

As forças políticas que contribuem decisivamente para a dinâmica do território ainda tendem a privilegiar os beneficiários da grilagem, em contraposição aos indígenas e camponeses. Quando há a possibilidade de lucros por meio da exploração direta das propriedades, os capitalistas vão enraizando-se em projetos que mobilizam a força de trabalho. A força de trabalho, por sua vez, é levada a defender os empreendimentos como garantia de emprego, potencializando a força de barganha da empresa capitalista.

Essa insegurança tem causado sérios problemas sociais indiretamente relacionados. Isso se reflete especialmente na dificuldade de manutenção da infraestrutura de uso comum. O ramal, por exemplo, ficou inacessível para o transporte escolar, interrompendo o serviço neste ano. Pelo mesmo motivo, o escoamento da produção agrícola tem também sido penosa. Isso porque a prefeitura municipal tem evitado problemas com o capitalista da área e não inclui a comunidade nos programas de recuperação das vicinais ou nos projetos de interesse público.

A percepção da comunidade quanto à conjuntura em que se encontram, demonstra o descontentamento com a política agrária dominante. Esse descontentamento foi sintetizado por um camponês:

Eu como cidadão pacato aqui da roça, eu não tenho direito de ficar na roça. Eu vim da cidade porque eu não gosto da cidade, que eu já morei ao longo da minha juventude [que] eu gastei lá na cidade. Agora eu já tenho meus 56 anos (...), então eu escolhi o interior pra mim prolongar meus dias de vida .

Vários dos exemplos de como isso ocorre foram revelados durante a pesquisa. Um dos camponeses relatou a forma agressiva com que foram tratados pelo delegado de polícia e pelo advogado do pretense proprietário, durante a audiência na Delegacia da Polícia Civil, motivada pelas denúncias que a comunidade vinha registrando:

o advogado dele falou: “olhe, você cale a boca porque vocês estão errados (...), vocês ficam desmatando, derrubando a mata, armado e ainda vem com cara de Maria pedir aqui apoio das autoridades, vocês merece ser processados”, e aí quando eu queria falar o delegado “cala boca quem vai falar agora, eu quem vou falar”(…). E ele mandava o outro falar. Quando o outro tava falando a verdade ele falava: “cala! Já chega! Você já falou!”

(...). Tá acabado, ta acabada a conversa o seu (...) é o dono da terra, e se for pra tirar o pessoal lá eu levo 500 policiais lá e vou tirar todo mundo (...) vai, tá acabado, pode ir embora! E aí, “pá”, bateu a porta .

Outro camponês posseiro revelou:

no dia das crianças [2008] ele chegou com a polícia e umas oito pessoas do Meio Ambiente [Secretaria Municipal de Meio Ambiente] e tinha uns capangas com ele, tudo com revolver, tudo armado, invadiu a minha casa na hora do almoço, eu tomei aquele susto, debaixo de uma chuva. Aí ele falou que eu tinha que derrubar aquela casa ali, que aquela terra era dele (...).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, ao contrário do que acreditava Lênin, a transformação de um território camponês em capitalista, ou melhor, a disputa por terra entre capitalistas e camponeses não respondem a uma necessidade social ou a possível precarização das relações camponesas. A possível supressão das relações camponesas pelas capitalistas não está vinculada a desvantagens econômicas da produção camponesa, mas em sua dificuldade em manusear as instâncias políticas e jurídicas do estado moderno (burguês). Semelhantemente, não foram somente capitalistas que se apropriaram do território Waimiri-Atroari durante as guerras de extermínio contra aquele povo. O interesse dos proprietários fundiários não era produtivo, ou seja, visavam a acumulação por meio de atividades ilegais não produtivas, cujo principal mecanismo eram os processos judiciais movimentados contra uma empresa estatal.

As conquistas legais não garantem aos povos indígenas e populações camponesas sua efetivação. No caso dos camponeses, mesmo lutando para permanecerem camponeses e exercendo um importante papel na sociedade capitalista, os capitalistas conseguem mobilizar recursos com maior agilidade para garantir pela violência ou corrupção o estabelecimento de seus interesses. No centro dessa disputa está a terra. É tendo o domínio sobre ela que se constrói ou destrói um território.

No caso da comunidade Terra Santa, a insistência das lideranças e a participação dos demais membros têm garantido, aos poucos, o surgimento de aliados. O final desse processo ainda é desconhecido, mas revela a necessária superação das teorias que pregaram o fim do campesinato por sua possível inviabilidade econômica.

REFERÊNCIAS

BAINES, Stephen Grant (Departamento de Antropologia / UNB). Censuras e Memórias da Pacificação Waimiri-Atroari. In: Série Antropologia 148. Brasília, 1993 [Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie148empdf.pdf>].

BORDA, Fals. Os aspectos teóricos da Pesquisa Participante: considerações sobre o significado da ciência na participação popular. IN: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org). Repensando a Pesquisa Participante. Brasiliense: São Paulo, 1981.

COMISSÃO Nacional da Verdade. Relatório. Volume II. Brasília: CNV, 2014.

COMITÊ Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas. A Ditadura Militar e o Genocídio do Povo Waimiri-Atroari: por que kamña matou kiña? Campinas: Curt Nimuendajú, 2014.

FARIA, Ivani Ferreira de. 2010. Territorialidade e Autonomia: novas tecnologias e metodologias para gestão das terras indígenas. IN: AMARAL, José Januário de Oliveira; LEANDRO, Ederson Lauri (Orgs). Amazônia e Cenários Indígenas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

FREIRE, Paulo. Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. IN: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org). Repensando a Pesquisa Participante. Brasiliense: São Paulo, 1981.

LÊNIN, Vladimir Ilich. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2 ed. São Paulo: Cultura, 1985.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária: Perspectivas no Início do Século XXI. IN: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros. O Campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004, p.19-25.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Cidades na Selva. Manaus: Valer, 2000.

SCHWADE, Egydio. El Caso de los Waimiri-Atroari. IN: Report of the Fourth Russell Tribunal on the Indians of the Americas. South América. Brasil. Rotterdam: 1980.

SILVA, Márcio. O Parentesco Waimiri-Atroari: Observações Preliminares. Simpósio ABA/ANPOCS. Pesquisas Recentes em Etnologia e História Indígena da Amazônia. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 08 de dezembro de 1987.